

# O SUS e os desafios de um projeto político de controle social em saúde?

Márcio Florentino Pereira<sup>1</sup>

Apresentamos este número da Revista *Tempus Actas de Saúde Coletiva* destinada ao tema do Controle Social em Saúde. A produção aqui apresentada é resultante do trabalho desenvolvido pelo Observatório de Política Pública e Controle Social em Saúde do Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP) em parceria com os pesquisadores do Departamento de Saúde Coletiva e do Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências da Saúde (FS) da Universidade de Brasília (UnB), assim como de pesquisadores ligados à Universidade Federal de Goiás (UFG). O Observatório de Política Pública e Controle Social em Saúde é uma estratégia de trabalho voltada à produção de conhecimento em saúde coletiva, no que se refere ao fortalecimento e inovação de práticas de planejamento, gestão, avaliação e controle social dos sistemas e serviços de saúde.

O Observatório tem estudado diferentes aspectos e problemas relacionados direta ou indiretamente com as condições de saúde coletiva e participação social. Envolve o intercâmbio de experiências locais, regionais, nacionais e internacionais e conhecimentos técnicos, e organizacionais, articulados com a pesquisa, a extensão o ensino de graduação e pós-graduação (*stritu e latu-senso*). Contribui, ainda, para o desenvolvimento institucional junto aos atores sociais e organizações do setor saúde (SUS), na gestão participativa mais aprimorada em suas intervenções e busca integrar diferentes áreas das políticas e programas setoriais, facilitando avanços quanto à implantação de políticas públicas promotoras de saúde.

Desde seu início o NESP/CEAM/UnB participou do processo de formação do controle social em saúde como as conferências nacionais de saúde e os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte onde subsidiou a formulação da Lei Orgânica da Saúde. Após 20 anos desta construção política e social que representa a experiência de participação no contexto das políticas públicas no Brasil, o controle social em saúde se vê diante desafios conceituais, epistemológicos e políticos resultantes da existência de uma crise de legitimação do pensamento social moderno. Desafios que podem redimensionar uma perspectiva teórica crítica em saúde, em superação aos limites do projeto civilizatório da modernidade e suas bases capitalistas individualistas.

Como redimensionar, na atualidade, o papel político crítico do controle social num contexto de crise e de aprofundamento das desigualdades sociais e das diferenças em escala mundial? Contexto onde os projetos nacionais, democráticos e participativos podem representar uma forma sustentada de enfrentamento nas lutas emancipatórias contra hegemônicas. Uma conjuntura de disputa entre projetos de caráter mais democráticos e conservadores, onde os papéis do Estado e da Sociedade podem

ser repensados na perspectiva de uma cidadania ativa e de um controle social autônomo e cidadão. Retomar o controle social como um poder político cidadão em saúde, democrático e

---

<sup>1</sup> Professor Assistente e chefe do Depto de Saúde Coletiva da UnB, coordenador do Observatório de Política Pública e Controle Social em Saúde do NESP/CEAM/UnB.

participativo, como uma proposta discutida e apresentada no contexto de redemocratização dos Estados e no cenário de reformas sociais, econômicas e políticas desenvolvidas nos últimos trinta anos na América Latina. Um cenário de repercussões nos processos de participação social e que remete a necessidade de outra estratégia de poder em saúde, como expressão da cidadania popular.

O controle social e os desafios do projeto político da Reforma Sanitária no Brasil, que, com seu caráter democrático e participativo trouxe para a cena política, nas últimas décadas, diversos atores e movimentos sociais. Experiências que têm buscado superar antigas formas clientelistas e assistencialistas com relação aos direitos sociais e à saúde em particular. Projeto político que tem mobilizado as forças e o pensamento de militantes, pesquisadores, donas de casa, trabalhadores, jovens e tantos outros que participam da formulação de políticas públicas com bases redistributiva e universalizantes, com ampliação de direitos.

Esperamos com este número temático favoreça e estimule o debate sobre o Controle Social como um campo político em construção diante os desafios do projeto político da Reforma Sanitária Brasileira.